

A transição democrática espanhola sob duas perspectivas historiográficas: a da transição finalizada e a da democracia incompleta

PATRÍCIA DYONISIO DE CARVALHO*

Introdução

O debate sobre a transição¹ na Espanha parece bastante interessante, no sentido em que o processo que ocorreu no país – seja ele considerado uma transição de fato ou não – diferencia-se do de outros países em diversos sentidos. Algumas características que o colocam em uma posição individual são: a duração de 36 anos na ditadura de Francisco Franco e, por consequência, o legado deixado pelo militar; este, não foi derrotado em guerra, combate ou derrubado pela população, o final de seu governo ocorreu – pelo menos simbolicamente – com a sua morte, em 1975; o rei Juan Carlos I enquanto moderador dos acordos entre os grupos sociais; e, principalmente, os traumas da população pela Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

A primeira ressalva com relação à transição democrática espanhola feita pela historiografia é se existia alternativa a ela ou se o processo foi realmente inevitável. Fica clara a forma como as duas principais correntes historiográficas posicionam-se. Para Linz e Stephan (1996: 90-91), não existem dúvidas de que o processo não foi inevitável, afirma que na realidade ele foi planejado e bem executado. Além disso, aproveita para criticar as análises que interpretam a transição como resultado de uma única alternativa para o país.

A outra corrente historiográfica acredita que não seria possível outro tipo de transição, por conta, principalmente, do poder das direitas e da transformação do contexto político, social e econômico do país desde a década de 1950². De acordo com

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista CNPq. E-mail: patriciadyonisio@hotmail.com.

¹ A periodização da transição democrática espanhola varia conforme o autor e a corrente defendida, pode iniciar em novembro de 1975, com a morte de Franco ou com a nomeação de Juan Carlos I, por exemplo; e ter o seu término em 1978, com a promulgação da Constituição ou com a vitória do partido socialista PSOE em 1982. Entretanto, as variações de início e término da transição variam entre 1975-1982.

² Na década de 1950 iniciou-se um processo de liberalização econômica através do fracasso do modelo autárquico e da necessidade de uma abertura maior da economia. Evidentemente, tal processo teve reflexos, a longo prazo, na política e na sociedade espanhola.

Navarro, o governo franquista havia preparado o país para que ocorresse um processo de transição lenta, gradual e incompleta, assim como vinha sendo feito desde 1976:

Aquí quisiera aclarar que es probable que, como consecuencia del gran desequilibrio de fuerzas durante los años de Transición, no fuera posible otro tipo de Transición. Pero creo un gran error político que algunos sectores de las izquierdas hayan aceptado la definición de aquella Transición como modélica, puesto que no creo pueda adjetivarse de tal manera a tal proceso que concluyó con una democracia claramente incompleta. (2004: 128)

Poucos estudos contemplam a transição democrática espanhola, dentre eles, o número é mais reduzido ainda quando se trata de analisar o período de forma pouco ideologizada. Assim, o objetivo deste artigo é analisar duas correntes historiográficas de interpretação da transição espanhola: a que considera a transição finalizada, com certo sucesso e, por outro lado, a que questiona o êxito do processo; bem como debater sobre os principais pontos de elogios ou críticas de cada uma. Apesar de estar propondo esta divisão, nem sempre a análise poderá ser tão fechada, visto que, em alguns casos, os autores dialogam um pouco com uma perspectiva considerada, pelo menos em um primeiro momento, diferente ou contrária a sua.

Duas interpretações da transição espanhola

A relação da Espanha com o restante dos países democráticos foi o que permeou o contexto externo da transição, visto que ela somente poderia integrar a Comunidade Econômica Européia, ainda que estivesse posicionada do lado ocidental durante a Guerra Fria, caso completasse sua democratização. Essa exigência por um sistema político democrático foi impulsionado pelas elites dominantes espanholas que se beneficiariam diretamente da entrada do país na CEE, principalmente por conta da crise internacional do petróleo, iniciada em 1973. Para os que questionam o êxito do processo, a transição foi uma adaptação ao contexto internacional:

La transición fue un proceso de adecuación de las élites dominantes a la época abierta tras la crisis del petróleo en 1973. El mundo empezaba a caminar por eso que después se ha llamado mundialización, y el capitalismo español necesitaba la adecuación a esas nuevas exigencias. El requisito marcado por la entonces CEE de democratización formal para aceptar el ingreso de España en su seno era un acicate muy importante para los empresarios españoles en pos de la aceptación de un sistema político democrático. Pensemos que el capitalismo, para poder reproducirse, tenía que adaptarse a las nuevas condiciones de internacionalización del capital. (MONEDERO, 2004: 149)

Em 1974 ocorreu a Revolução dos Cravos, em Portugal, alertando o governo franquista dos perigos de um regime ditatorial não acompanhar as transformações do restante dos países (POWELL, 2010: 8). O exemplo português mostrou que o futuro espanhol seria semelhante caso o país não se adequasse ao modelo democrático do mundo capitalista.

Internamente a Espanha ainda encontrava-se traumatizada com relação à Guerra Civil e esta fragilidade da população era utilizada como ferramenta pelos franquistas com o objetivo de manter a dicotomia forjada durante o conflito, visto que para os “nacionalistas” o país havia sido dividido em Espanha nacional e Espanha republicana. De acordo com Navarro (2004: 122-123), esta visão é disseminada pela direita – ainda muito influente no país – e amplamente difundida pelas culturas midiáticas e políticas. Ainda na historiografia encontram-se referências às “duas Espanhas” e à necessidade de reconciliação entre ambas. Esta reconciliação foi realizada, de acordo com parte da historiografia, durante a própria transição democrática, principalmente após a promulgação da Constituição de 1978.

Os traumas da população espanhola e o medo de uma nova Guerra Civil geralmente são colocados como fatores principais da opção pela reforma, entretanto, são apenas dois pontos que devem ser ressaltados no contexto interno espanhol. Economicamente, o país mostrava alguns sinais de crescimento, entre 1960 e 1970, o que permitiu ao regime manter certo consenso frente à população. Entretanto, este crescimento gerou uma migração do campo para a cidade, transformando, uma sociedade predominantemente agrária e rural, em industrial e urbana, o que resultou no surgimento de uma nova classe média e uma classe obreira industrial. Com a modificação das relações industriais, iniciou-se uma maior modernização e liberalização econômica, gerando uma distribuição desigual da riqueza. Não tardou até que a classe trabalhadora começasse a se organizar melhor politicamente e iniciasse um processo cada vez maior de reivindicações. (MARAVALL; SANTAMARIA, 1989: 188-190).

Os dois primeiros anos de transição política, quando *todo es posible* (GARCÍA, 2006: 8), foram marcados por intensas manifestações dos contrários ao regime, através da busca por uma resposta democrática para o país. Nesse momento, parte dos movimentos e partidos considerados de esquerda ainda tinha esperança de uma ruptura. Após as eleições em junho de 1977 ocorre um enfraquecimento dos debates desses

grupos – em parte devido ao início da nova configuração política que seria concretizada em 1982 e também pelo descrédito da população com relação às políticas mais reformistas do que rupturistas dos partidos.

De acordo com Linz e Stephan, a pressão popular teve um papel importante na transição democrática:

Neste contexto de alta pressão social e expectativas de mudança, os líderes políticos do regime, especialmente Adolfo Suárez, iniciaram a lei para a reforma política e estavam em processo de transição quando a primeira eleição ocorreu e quando a constituição foi projetada. A pressão popular manteve a continuidade da transição e contribuiu para a apreensão dialética da tão conhecida frase espanhola reforma pactada-ruptura pactada. (1996: 111)³

Sem dúvida a população obreira teve um papel importante na transição, principalmente através da greve geral de 1976, que reivindicava, principalmente, anistia política e liberdades democráticas. Outro papel fundamental, de acordo com a historiografia defensora da reforma pactada, foi o do rei Juan Carlos I, visto que “[...] la transición española cobró la forma de un desmantelamiento interno del sistema franquista realizado por elementos reformistas del propio sistema, dirigidos por el rey y sus consejeros [...]” (MORADIELLOS, 2000: 202).

Entretanto, para os questionadores do êxito da transição, a participação do rei na transição deve ser relativizada, visto que a Igreja, o Exército, alguns partidos políticos e os tecnocratas também tiveram certa participação. Além disso, o processo iniciado por esses grupos não é visto como um “desmantelamento”, mas como uma via para a democratização, tutelado por um rei nomeado em 1969 por Franco e educado sob os cuidados do mesmo. Dessa forma, colocar o rei em uma posição de desestabilizador de uma ditadura é superestimar sua posição enquanto resistente ao governo franquista, quando na realidade ele teve influência direta de Franco. Sobre a participação popular e a do rei, Navarro complementa:

³ In this context of heightened societal pressure for and expectations of change, the regime’s political leaders, especially Adolfo Suárez, initiated the law for the political reform and were in change when the first elections were held and when the constitution was drafted. Popular pressure kept the transition going forward and contributed to the dialectic captured by the well-known Spanish phrase *reforma pactada-ruptura pactada*. [grifos do autor] [tradução sob responsabilidade do autor].

No hay que olvidar que los primeros borradores del proyecto de la Transición que se originaron en los aparatos franquistas, propuestos por la Monarquía, eran escasamente democráticos. Fueron las movilizaciones populares – de 1975 a 1977 España vio el mayor número de huelgas políticas de toda Europa – y el temor del aparato franquista a lo que estaba ocurriendo en Portugal - con la revolución de los claveles – los que fueron forzando cambios hacia la democratización. (2004: 131)

Linz e Stephan, afirmam que a transição iniciou em condições favoráveis, visto que o governo propôs uma monarquia constitucional e não outro regime ditatorial, “this would not have been the case had Spain begun the transition from a totalitarian, post-totalitarian, or sultanistic base” (1996: 115). Entretanto, é pertinente questionar se somente pelo regime implantado não ser uma ditadura, isso já o faz favorável para a população ou já garante o seu êxito.

Apesar de a transição ter iniciado em 1975, algumas instituições do seu governo persistiram até 1978. De acordo com Charles Powell, “[...] el dictador murió en la cama, y las instituciones creadas por él permanecieron en pie durante algún tiempo; formalmente no serían derogadas hasta la aprobación de la Constitución de 1978” (POWELL, 2002: 140). Dessa forma, a Constituição representou um marco simbólico para o restabelecimento de parte dos direitos democráticos, além de confirmar a escolha pela implantação de uma monarquia constitucional que foi, em última instância, representante de um compromisso negociado entre os partidos espanhóis mais importantes (Aliança Popular, União de Centro Democrático, Partido Socialista Unificado da Catalunha, PSOE e a coalizão Pacto Democrático por Catalunha) (CARR, 1995).

Para os descrentes nos êxitos da transição, a monarquia constitucional foi apenas uma saída pacífica e neutralizadora da ditadura de Franco, visto que a partir dela foi possível impedir mudanças profundas na estrutura social e garantiu a presença espanhola nas CEE. De acordo com Monedero (2004), visando este fim pacífico, a transição foi concebida “como un proceso de *transacción entre élites*, ajeno a las reivindicaciones más transformadoras nacidas de la oposición a la dictadura, que, por otro lado, no pudieron reunir fuerzas suficientes para imponer sus puntos de vista rupturistas” [grifos do autor].

O êxito da transição

Após uma breve análise da transição democrática, passa a ser necessária uma discussão sobre a qualidade do regime democrático iniciado após o processo. A consolidação democrática, como é comumente chamada, também divide o posicionamento dos historiadores, visto que para alguns é necessário observar os limites da democracia implantada.

O êxito da transição e o início de uma consolidação da democracia devem ser buscados também através da observação do passado, uma releitura da Guerra Civil e do franquismo ajudará a construir uma Espanha diferente. Para tanto, faz-se necessário um processo de recuperação dessa memória, principalmente com relação à falta de responsabilidade relegada ao bando nacionalista por milhares de mortes durante a Guerra Civil e o início da ditadura. León pondera que:

Hay quien piensa que toda la exhumación de muertos por la represión durante la Guerra Civil y sus secuelas es una actividad innecesaria, cuando no retorcida. Nosotros ya no vivimos allí. Una forma de combatir este prejuicio es hacer ver que detrás de la restitución moral de las familias de aquellos desaparecidos se abren numerosas cuestiones relevantes que afectan a la convivencia de los españoles de comienzos del siglo XXI. (2004: 166)

Por outro lado, Díaz não questiona o êxito da monarquia, muito pelo contrário, exalta-o, afirmando que “[...] justo es reconocer que la monarquía española está cumpliendo desde finales de 75 una indudable y eficaz función democratizadora del país” (1987: 83). Além disso, acrescenta que a oposição estava reconquistando seu lugar graças à monarquia constitucional. O mais interessante é perceber que o autor do livro em questão participou, durante o franquismo, de movimentos políticos socialistas; isso mostra que o modelo implantado na Espanha teve certa adesão dentro da própria oposição.

O principal motivo para esta aceitação da transição foi devido à comparação com o franquismo, visto que, apesar de certo crescimento econômico, durante a ditadura houve um nível muito baixo de investimentos em serviços sociais, o que contribuiu para o descrédito do regime. Ao passo que os gastos com o bem estar social durante a transição democrática, apesar da crise econômica enfrentada pelo país, ajudaram a legitimar o governo. (RADCLIFF, 2010: 253)

Grande parte da população aceitou a transição tal qual foi imposta pelo rei e por Adolfo Suárez, visto que qualquer modelo político beneficiaria mais a população do que o franquista. Entretanto, Monedero afirma que “la alegría por el advenimiento de un régimen que acabe con la opresión de una dictadura no puede pagar el precio de sacrificar la calidad del ordenamiento democrático” (2004: 143). E o principal preço pago, no caso espanhol, foi o silêncio sobre o passado, que impediu maiores questionamentos sobre a insuficiência democrática e favoreceu às direitas no país (NAVARRO, 2004: 128).

Considerações Finais

A historiografia espanhola encontra-se bastante dividida no que diz respeito à transição democrática. Existe uma grande dificuldade em encontrar autores que ponderem questões sobre a transição, demonstrando um posicionamento claro e pouco ideologizado. O mais comum é encontrar na bibliografia análises mais restritas e pouco convincentes, visto que muitas dos autores considerados referência no assunto foram ou ainda são participantes diretos de algum partido (de “direita” ou “esquerda”) ou do próprio governo.

Levando essa questão em consideração, o objetivo do texto não foi, em hipótese alguma, esgotar o tema, mas sim realizar uma breve análise das duas principais correntes historiográficas sobre transição democrática. Através das duas interpretações – a que acredita no término em definitivo da transição e a que questiona o seu êxito – foi possível traçar um panorama das discussões que têm permeado os trabalhos sobre transição democrática na Espanha. Por conta do praticamente inexistente número de publicações brasileiras sobre o tema da transição espanhola e da ainda reduzida quantidade de livros espanhóis sobre a transição, o artigo por servir como um primeiro contato com essa bibliografia.

Referências:

CARR, Raymond. *España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*. Barcelona: Ariel Historia, 1995.

DÍAZ, Elías. *La transición a la democracia* (Claves ideológicas, 1976-1986). Madrid: Eudema, 1987.

GARCÍA, Jordi Mir. *El Viejo Topo, treinta años después: cuando la participación es la fuerza*. Madrid: El Viejo Topo, 2006.

LEÓN, Pablo Sánchez. Estigma y memoria de los jóvenes de la transición. In: CASTÁN, Javier; ESTEBAN, Asunción; SALVADOR, Pancho; SILVA, Emilio (orgs.). *La memoria de los olvidados: un debate sobre el silencio de la represión franquista*. Valladolid: Ámbito, 2004. p. 163-179.

LINZ, Juan José; STEPHAN, Alfred C. *Problems of democratic transition and consolidation: southern Europe, South America and post-communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

MARAVALL, José Maria; SANTAMARIA, Julian. Transición política y consolidación de la democracia en España. In: TEZANOS, José Félix; GUERRERO, Andrés de Blas; COTARELO, Ramon. *La transición democrática española*. Madrid: Editorial Sistema, 1989. p. 183-149.

MONEDERO, Juan Carlos. Nocturno de la transición. In: CASTÁN, Javier; ESTEBAN, Asunción; SALVADOR, Pancho; SILVA, Emilio (orgs.). *La memoria de los olvidados: un debate sobre el silencio de la represión franquista*. Valladolid: Ámbito, 2004. p. 133-152.

MORADIELLOS, Enrique. *La España de Franco (1939-1975)*. Madrid: Síntesis, 2000.

NAVARRO, Vicenç. La transición y los desaparecidos republicanos. In: CASTÁN, Javier; ESTEBAN, Asunción; SALVADOR, Pancho; SILVA, Emilio (orgs.). *La memoria de los olvidados: un debate sobre el silencio de la represión franquista*. Valladolid: Ámbito, 2004. p. 115-131.

POWELL, Charles. El camino a la democracia en España. In: *Cuadernos de la España Contemporánea*, n.1, 2006. p. 5-28. Disponível em: <http://www.uspceu.com/CNTBNR/sitio_ID/pdf/1_camino.pdf> Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. *España en democracia, 1975-2000*. Barcelona: De bolsillo/Plaza & Janés, 2002.

TOWNSON, Nigel (dir.); JUNCO, José Álvarez; MATEO, María Cruz Romeo; MALEFAKIS, Edward; RADCLIFF, Pamela. *Es España diferente? Una mirada comparativa (siglos XIX y XX)*. Madrid: Taurus, 2010.